



<b>Veículo: O Liberal</b>		
<b>Data:</b> 17/05/2017	<b>Caderno:</b> Atualidades	<b>Página:</b> 07
<b>Assunto:</b> Violência Obstétrica		
<b>Tipo:</b> Notícia	<b>Ação:</b> Provocada	<b>Classificação:</b> Positiva

# Projeto combate a violência obstétrica

## PNOSA

Uma em cada quatro parturientes são vítimas de violência, aponta pesquisa

**D**ados da Rede Parto do Princípio constataam que uma em cada quatro mulheres sofrem violência obstétrica quando estão em trabalho de parto no Brasil. A pesquisa foi feita em 2014. A rede nacional de mulheres constatou ainda que o número de cesarianas em hospitais da rede privada chegava a 88% no País. Nas maternidades no Pará aconteciam quase 100% de cesarianas, e nas particulares chegava a 94%. A violência obstétrica é considerada uma violação à integridade dos direitos da mulher. Pode ser física ou emocional e praticada por qualquer profissional da área da saúde durante o pré-parto, momento do parto e no pós-parto.

Algumas agressões indicadas na pesquisa "Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado", feita pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e divulgada em 2010, estão o exame de toque de forma dolorosa; negar algum tipo de alívio para sua dor; gritar com a mulher; não informá-la de algum procedimento que está sendo feito em seu corpo; e amarrar a mulher tirando sua autonomia.

Para combater, denunciar e orientar as grávidas contra essas violações de direitos

contra o corpo da mulher, há cerca de dois anos nasceu o "TransformaDor: parir com amor, sem violência", projeto de extensão da Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Ontem à tarde, a segunda versão do projeto foi apresentada e agora se estende para atender cerca de 30 estudantes da UFPA e da Faculdade da Amazônia (Famaz), por meio de ações que vão ocorrer possivelmente na UFPA. Na primeira fase, em torno de 30 grávidas, moradoras da Pratinha, foram beneficiadas nas dinâmicas realizadas na Unidade Básica de Saúde do bairro. A apresentação do projeto aconteceu no auditório B, do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, no campus Guamá, onde teve exposição de fotos, exibição de vídeo e debates sobre o tema.

Segundo Edna Barreto, idealizadora e coordenadora do projeto, as ações desenvolvidas estão focadas na educação e saúde, na perspectiva dos direitos humanos, visando o empoderamento de mulheres em condição de vulnerabilidade social, para o enfrentamento à violência obstétrica. "A metodologia usada teve a educação popular como base, buscando uma intervenção no mundo e o engajamento das mulheres na luta pelo fim da violência obstétrica", explica a coordenadora.

## APOIO

Marilene dos Santos, 39 anos, que mora na Pratinha, lembra do importante apoio psicológico que recebeu da equipe no projeto. "Participei do projeto no ano passado, quando ainda estava grávida de três meses e corria risco de perder a criança. Eu me sentia também muito sozinha, depressiva e desamparada, porque meu esposo foi preso. Participei algumas vezes dos encontros no projeto devido à gravidez ser de risco, mas sempre fui muito bem recebida e acolhida, pois, geralmente, a sociedade discrimina esse tipo de situação que vivi. Então, foi muito bom na minha vida, meu parto foi cesariano e ocorreu tudo bem. Deu certo porque tive esse apoio no projeto, onde aprendi muita coisa nova", relata Marilene, que tem quatro filhos sendo o último com oito meses.

Ana Cristina Guzzo, coordenadora da Saúde da Criança da Secretaria de Estado de Saúde (Sespa), afirma que o Brasil e o Pará trabalham na mudança do modelo de assistência, por meio da implementação de políticas públicas. "Queremos buscar um modelo no qual a mulher consiga conhecer seu próprio corpo e ter direitos garantidos por meio de legislação que já existe no Brasil para protegê-la na hora do parto. Então, são alguns avanços que já conseguimos contabilizar, que vem do Pacto da Redução



de Mortalidade Materno-Infantil, de 2004, 2009 e depois 2011, com a Rede Cegonha. A Rede tem Plano de Ação e uma das estratégias é a mudança de assistência no sentido do parto humanizado e as boas práticas. Com essas políticas

queremos mudar o modelo existente, como a diminuição nos casos de cesariana, que deve ser indicada somente quando é necessária. Então, realizamos capacitações junto às equipes de assistência, orientamos às grávidas que busquem também informações durante o pré-natal e troquem experiências com outras mães.

Então, o projeto de extensão é importante apoio às políticas porque também auxilia as grávidas", diz a coordenadora da Saúde da Criança da Sesp.

Conheça mais sobre o projeto "TransformaDor: parir com amor, sem violência" no Facebook: <https://www.facebook.com/transformadorufpa>

## **Projeto de extensão tem como lema "parir com amor, sem violência"**